

A Representação da Violência Contra a Mulher no Jornal *O Progresso*¹

Jackeline Teixeira dos SANTOS²
Leila Lima de SOUSA³
Universidade Federal do Maranhão - MA

RESUMO

Este trabalho analisa a representação da violência contra a mulher no jornalismo impresso imperatrizense no ano de 2015. O método usado para a análise das matérias do jornal *O Progresso* é a análise de conteúdo temático categorial de Bardin (2011). Para entender a representação da violência foi necessária a delimitação do objeto de estudo, desta forma, a pesquisa é composta por uma análise de 34 matérias, no período de agosto a outubro de 2015 no qual as matérias são analisadas de acordo com quatro categorias levantadas sendo: Femicídio, Homicídio e Vitimologia, Conscientização da violência contra a mulher e Banalização do estupro. Contudo, a violência contra a mulher é representada de maneira nos quais os acontecimentos dão ênfase maior aos suspeitos e acusados. A mulher mais uma vez é tida de forma humilhada e pouco circunstancial no qual tange ao relato dos crimes cometidos contra elas.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de conteúdo, Comunicação; Jornal impresso; Violência contra a mulher;

1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um problema universal que atinge milhares de pessoas e, na maioria das vezes, de forma silenciosa. Como questão histórica, social e cultural, faz parte da realidade de muitas mulheres. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a partir da teoria de análise de conteúdo temático categorial de Bardin (2011), mostrando a cobertura dos casos de violência contra a mulher pelo jornal *O Progresso*, no período de

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017.

² Graduada do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, email: jackelinetd@gmail.com.

³ Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Professora do curso de jornalismo da Universidade Federal do Maranhão – Campus Imperatriz. Email: leilasousa.pi@gmail.com

agosto a outubro de 2015. Descrever de que forma o jornal representa os casos de violência contra a mulher e identificar como o jornal representa a imagem da mulher nas matérias jornalísticas, uma vez que contribui de uma forma crítica a respeito do assunto. Entende-se que a violência se trata de uma ocorrência antiga, presente em todas as classes sociais e em todas as sociedades, sem restrição de níveis social, religioso e cultural. Acredita-se que a violência contra a mulher é algo enraizado nos séculos.

A opção pelo tema se deu através da observação dos casos de violência contra a mulher em Imperatriz e da forma como eram noticiadas e representadas. A relevância social do trabalho se fundamenta na análise da percepção pessoal sobre a realidade do tema proposto quanto às narrativas trazidas pelo jornal analisado.

O trabalho se deu com base no método de análise de conteúdo categorial de Bardin (2011), que estabelece estratégias quanto à categorização de conteúdo. Os conceitos da autora são relevantes e sustentam o trabalho, já que o método funciona em operações, que separam partes de objetos possibilitando a análise de temas e discursos.

As categorias que compõem o corpus da pesquisa foram construídas por meio da realidade dos acontecimentos das matérias publicadas. As categorias encontradas foram quatro: Femicídio, Homicídio e Vitimologia, Conscientização da Violência contra a mulher e Banalização do estupro. Cada categoria tem em média 8 matérias.

Em 2015, foram recorrentes as denúncias e casos de violência contra a mulher. A análise feita é do ano de 2015, mas traz ainda dados de 2016 para atualizar os percentuais sobre homicídios, estupros e conscientização sobre combater a violência contra a mulher.

Esse artigo está dividido em quatro partes: Na primeira é trabalhada a questão do jornalismo e sociedade no qual é discutido o papel do jornalista como mediador social, já que diante do tema proposto, o trabalho analisa a cobertura jornalística. Na segunda é trazido o histórico violência contra a mulher baseando-se em dados da violência e um recorte sobre a luta do movimento feminista. A terceira parte é composta pelo histórico jornal “O progresso”, objeto de análise deste estudo e, por último, a análise das matérias escolhidas junto às categorias destacadas.

Diante da análise, conclui-se que o combate a violência contra a mulher vai além da maneira em que o fato é noticiado. Os meios de comunicação constituem-se como importantes mecanismos de construção de representações e, por isso, precisam ser analisados, avaliados. No caso do jornal O Progresso, observou-se que além de tratar

com superficialidade o tema da violência contra a mulher, reproduz textos de caráter sensacionalista e baseados na cultura do machismo.

2. JORNALISMO E SOCIEDADE

A vida em sociedade gera inúmeros acontecimentos, para que estes atinjam um maior número de pessoas, é necessário que estas informações circulem. Dessa forma, o jornalista tem papel importante como facilitador no processo de propagação da informação.

Em uma sociedade democrática, o cidadão precisa de informação, o saber precisa circular, e o facilitador para que isso ocorra é o jornalista. Melo (2006) explica a objetividade como prática de reprodução do real. Por mais que o jornalista seja fiel aos acontecimentos, ele pode expressar seus posicionamentos sobre a valoração da notícia no lugar específico do jornal. Portanto, o jornalista pode ser contra ou a favor de alguma questão, mas, isso não pode interferir no relato dos fatos, deve sempre se portar à verdade.

Dessa forma, as matérias contendo aspectos sociais, civis e políticos elevam-se no grau de maior visibilidade. Um dos principais preceitos do jornalismo são a imparcialidade e objetividade, no qual os jornalistas devem ser capazes de conciliar a objetividade trabalhando com os acontecimentos relativos para a construção da realidade social.

O jornalista como mediador do mundo social trabalha a partir de uma teoria do conhecimento. Segundo Pinto (2009), a maneira como a notícia é refletida na sociedade pode acontecer com exatidão e clareza através da reflexão do jornalista. Esse processo é dado quando os jornalistas utilizam narrativas para classificar os acontecimentos dando respostas às perguntas como: Quem? O quê? Onde? Quando? e Como? Há uma necessidade de explicar e excluir determinados aspectos do acontecimento, no qual dessa forma o jornalismo constrói a realidade diante da narrativa escolhida.

Os efeitos do jornalismo dependem de seus formatos e conteúdos. São representados pela sua percepção, integração e recepção, pois a sociedade deve se sentir representada quanto às informações, e no processo de produção do jornalista para que isso ocorra.

Para Pinto (2009) a representação do jornalismo para a sociedade pode ser considerada como fator determinante do prestígio da ocupação como níveis educacionais, de remuneração e de posse. Isso se dá porque nem todos entendem o trabalho jornalístico.

Esses fatores são os que determinam a representação do jornalismo para a sociedade. A credibilidade está inteiramente relacionada à construção da informação. Sobre a credibilidade e profissionalismo do jornalista que é uma demanda do comunicador, o jornalismo é constituído pela verdade com os fatos. Um fator que será imposto acerca de sua competência profissional.

3. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Nota-se que a desigualdade presente nos dias de hoje é refletida historicamente considerando ainda a revolução burguesa, na Revolução Francesa (1789 – 1799), quando o feminismo teve umas de suas primeiras manifestações na França Revolucionária, liderada por mulheres que exigiam liberdade de trabalho e igualdade dos direitos entre os sexos. (MELO 1998 apud FONTANA 2001).

É notória a distinção de desigualdade entre homens e mulheres, tanto no âmbito profissional como no social. Essa dinâmica ocasionou a criação de novos empregos que exigiam características de mão de obra feminina, mesmo assim, nesse período o homem recebia praticamente o dobro do salário das mulheres. (MELO 1998 apud FONTANA 2001).

Esse movimento feminista, presente até os dias atuais representa uma tentativa de ruptura com a história de submissão imposta às mulheres. Mesmo mudando suas atitudes sobre as imposições da sociedade dentro das estruturas sociais, os homens continuaram tendo prioridades junto aos valores tradicionais aonde mulher ainda é vítima de uma cultura machista com conceitos conservadores predominantemente como força maior, a figura do homem.

Portanto, entende-se que a violência contra a mulher vai além de agressão física. É qualquer ação que lhe cause danos físicos, sexuais e psicológicos. Entretanto, quando a Lei Maria da Penha começou a vigorar no Brasil em 2006, o quadro de denúncias aumentou, pois a Lei garantiu uma segurança a mais para as mulheres. (SANTOS, 2014).

No Maranhão, o maior número de casos de violência doméstica contra a mulher envolve motivos psicológicos, onde a maioria dos agressores são ex-companheiros. De acordo com a pesquisa realizada pela Vara da Mulher em 2015, o principal motivo para a prática da violência é o não aceitação do fim do relacionamento. Em 2015, foram

registrados cerca de 1.300 processos de violência contra a mulher. Ainda em 2015, de acordo com o Tribunal de Justiça do Maranhão, a quantidade de processos abertos chega a 29 mil.

Quanto ao perfil da vítima, a pesquisa revela que a maioria das vítimas são solteiras, casadas ou em união estável, muitas são donas de casa, empregadas domésticas ou autônomas, porém mulheres que exercem algum tipo de atividade remunerada são relatadas em 84% dos casos. Outro dado recorrente é o fato de 62% das vítimas afirmarem ter filhos com o agressor.

De acordo com 8ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz, o total de dados a respeito de processos em relação à violência contra a mulher chegou a 8.950 no ano de 2015 até 12 de dezembro de 2016, em todo o estado do Maranhão. Em Imperatriz, só em 2015 foram registrados na Delegacia da Mulher, um total de 1.139 casos de boletins de ocorrência, além de inquéritos policiais, medidas protetivas e prisões em flagrantes. Apesar de denúncias, nem sempre o boletim de ocorrência se transforma em inquérito, pois as vítimas às vezes desistem de seguir com o processo.

Segundo a Delegacia de Homicídios e Proteção à pessoa, em 2016, foram registrados 168 assassinatos em Imperatriz, sendo que 12 foram de mulheres e 70% das mortes foram praticadas por arma de fogo. Em Imperatriz, a Lei Maria da Penha começa a ser aplicada logo que a ocorrência chega ao conhecimento do Ministério Público através da própria vítima ou de informação oriunda da polícia, prisão em flagrante ou informação de qualquer órgão da rede de atendimento à mulher.

A grande questão no combate a violência contra a mulher se dá pela complexidade da própria sociedade em relação ao combate à violência. O machismo entra em questão por ainda estar enraizado em nossa cultura, pois está presente em quase todos os lugares e lares. Percebem-se os papéis estereotipados para homens e mulheres. Contudo, compreende-se que o comportamento da sociedade é produzido com o tempo, que vai desde o nascimento até conquistar práticas e atitudes através de relações sociais.

A discussão quanto ao gênero vem se solidificando desde os anos 60, sejam pelos que contestam sobre os padrões ou pelos que se sustentam nos padrões. Dessa forma, homens e mulheres ganham sentindo perante a sociedade, pois a estereotipação fomenta os preconceitos sobre como as pessoas são. (LOURO 2000, apud SANTOS; BARROS 2015). Acerca de uma sociedade justa, a luta pelo empoderamento resultou em mudança

na sociedade, se comparar com o decorrer histórico começando pelo poder do voto até a luta pela liberdade do próprio corpo.

4. HISTÓRICO JORNAL O PROGRESSO

Em entrevista, Sérgio Henrique Oliveira Godinho, atual diretor geral do jornal *O Progresso* em Imperatriz, relata o histórico do jornal que é hoje um dos mais expressivos jornais oriundos da década de 70, fundado por José Matos Vieira, em 3 de maio. Após alguns anos o jornal foi vendido a pedido do editor do jornal, Jurivê de Macêdo para Sérgio Godinho. Em 1978, houve uma retomada do jornal *O Progresso* devido uma nova venda, onde a partir daí o jornal que era semanal passou a ser diário, assim como é hoje.

Vale ressaltar que ao longo desse tempo, o jornal sofreu inúmeras mudanças, tanto na parte gráfica quanto manufaturista com a troca das máquinas tipográficas pelas máquinas *offsets*, pela substituição também da máquina linotipo pela máquina de escrever elétrica e posteriormente pelo sistema informatizado. Com isso, o jornal ganhou mais eficiência e economia.

Acredita-se que o jornal *O Progresso*, apesar de não ser o primeiro da cidade, foi o primeiro a ter uma presença efetiva acerca do jornalismo, mesmo que não fosse diário quando foi instalado na cidade. A solidificação do jornal se deu mesmo em 1978, o jornal manteve o compromisso com a população em produzir e publicar as notícias do dia a dia. (GODINHO, 2016).

O jornal *O Progresso*, segue uma linha editorial própria com foco na cidade para a comunidade com algumas definições e proibições. Por exemplo, uma das proibições é acerca da intolerância religiosa. O jornal é aberto a toda religião desde que uma não venha por meio das páginas do jornal atacar.

Portanto, percebe-se que a linha editorial do jornal *O Progresso* é mantida em seus 46 anos de existência. *O Progresso* tem formato tablóide é composto por dez editorias: Cidade, Esporte, Geral, Justiça, Política, Polícia, Regional, Agronegócio, Veículos e Tocantins. Nos finais de semana tem cadernos extras com Social, Miscelânea e Especial. Com o slogan "Expressão Regional", o jornal *O Progresso*, cobre também parte do sul e sudoeste do Maranhão, como São Luís, a capital do estado, e o estado do Tocantins, do Bico do Papagaio até Araguaína, a segunda maior cidade do estado.

5. ANÁLISE DE DADOS E CATEGORIA

Este trabalho tem caráter qualitativo, tendo como objetivo analisar a representação da violência contra a mulher no jornal O Progresso. As matérias que mais predominaram nas categorias estabelecidas foram: 1. Homicídio e Vitimologia - Quase todas as matérias nas quais havia homicídios ou tentativas de homicídios citava a investigação acerca do motivo do crime. 2. Conscientização - Só no mês de agosto cinco matérias falavam sobre eventos acerca da conscientização e alerta sobre a violência contra a mulher. 3. Banalização do estupro - O estupro é narrado de forma pouco evidente ao crime. 4. Femicídio com forte incitação a violência sexual seguida de assassinato.

5.1 Homicídio e Vitimologia

O Femicídio ocorre quando há envolvimento de agressão doméstica e familiar, menosprezo ou o cometimento de qualquer ato que denigra a mulher pela condição do sexo feminino. Deve-se entender que as agressões contra a mulher podem onerar em situações que de forma intencional levem a sua morte.

Foram encontradas 13 matérias que evidenciam a prática do homicídio acerca das matérias com características de Homicídio e Vitimologia. Destaca-se a repercussão de um assassinato ocorrido em outubro de 2014, na Vila Cinco Irmãos, em Imperatriz. A matéria relata o assassinato de uma mãe porque o filho não estava em casa e ele se tornou o alvo dos homicidas. O que vale destacar é que é citado o nome da vítima, uma prática que não é evidenciada em outras matérias quanto há morte das mulheres.

“Menor assassinado baleou balconista durante assalto”, a matéria leva um título que pode indagar o leitor a se perguntar: Como o menor assassinado baleou a balconista? Além da confusão no título, a matéria contém expressões pessoais do repórter como “só por maldade”, usadas para justificar o crime que se deu durante um assalto. A expressão poderia ser substituída por outra que não transparecesse juízo de valor ou subjetividade por parte do jornalista. A matéria cita o nome da vítima, mas não tem nenhuma informação concreta dada por fontes. Ao finalizar a matéria, mais uma vez o repórter utiliza o achismo como espécie de justificativa, citando: “Mas sempre ficam sequelas, principalmente psicológicas”. O repórter usa o termo como uma maneira de

consolar os familiares e até mesmo a vítima. Entretanto, o termo usado na matéria caracteriza um assombro sobre as consequências que a violência causada à mulher deixou.

Dois casos chamam atenção por conta da exposição da foto das vítimas. A matéria “Mulher é vítima de tentativa de homicídio no Nova Imperatriz” publicada no caderno de polícia no dia 22 de agosto de 2015, retrata que a vítima sofreu tentativa de homicídio. É importante destacar que além de citar o nome da vítima, o jornal colocou também a foto dela expressando desespero, sofrimento, devido à vítima estar chorando. A exposição da vítima quanto ao ocorrido demonstra o caráter sensacionalista da reportagem, onde o que fica em evidência é uma mulher exposta, sangrando em meio a uma violência sem explicação.

Os dados trazidos na matéria relatam que a vítima identificada como Márcia, foi alvejada com disparos na cabeça por dois suspeitos. Diante do acontecido, Márcia foi levada ao hospital e o caso foi registrado na Delegacia do 2º Distrito, onde seria investigado, mas que não tinham informações sobre o motivo do crime. Nenhuma informação sobre a vítima é prestada além de constar que ela se encontrava em observação no Hospital Municipal de Imperatriz (HMI).

Diante do contexto da matéria, percebe-se que há falhas na apuração devido à concretização de informações, pois é relatado que a ocorrência foi feita, mas não tem nenhuma fonte na matéria, seja oficial como a polícia, ou testemunhal.

O outro caso, também publicado no caderno de polícia, no dia 9 de outubro de 2015 também traz duas fotos da vítima, uma viva e a outra caída, já morta. O mais grave e chocante é a foto da vítima caída, completamente exposta, humilhada, sem vida.

Esse caso, em comparação aos outros elencados nessa categoria, trouxe mais detalhes do acontecimento. A matéria presta serviço informando o velório, cita nome completo e idade da vítima e ainda traz um balanço da quantidade de mulheres assassinadas em 2015, que até outubro chegou a cinco mortes. Na publicação ainda são relatados os dados sobre as mortes de todas as mulheres até outubro de 2015.

Esse foi o quinto caso de assassinato de mulheres este ano em Imperatriz e o 23º em menos de dois anos. Em março, a funcionária pública Jornilda Teixeira Barros Silva foi encontrada morta em um galpão em construção no Parque Alvorada II. Ela foi assassinada a pauladas. Em maio, a costureira Aurideia Silva Viana, 43 anos, foi encontrada morta em sua residência, localizada na Rua Godofredo Viana, centro. Aurideia foi assassinada a golpes de mão de pilão. Em junho, a promotora de vendas Maria Edilene Ferreira de Castro, 35 anos, foi assassinada durante um assalto quando se deslocava para o trabalho. Também em junho, foi morta a facadas a cabeleireira Raimunda Leal Barros. Ela foi assassinada pelo

marido, o mototaxista Francisco Barros, mais conhecido por ‘Tibúrcio’. Em setembro, o crime mais bárbaro tendo como vítima uma mulher em todos os tempos em Imperatriz. O corpo da jovem Kaylane Ferreira Frazão, que tinha apenas 13 anos, foi encontrado nos fundos do quintal do marceneiro Alcino Vilarins, que confessou o crime. A jovem foi assassinada com cortes no pescoço, virilha esquerda e abdômen. (JORNAL O PROGRESSO, 09, OUTUBRO, 2015).

Ao elencar os assassinatos, a matéria cita os crimes já elucidados como o da promotora de vendas, Raimunda Leal Barros e de Kaylane Ferreira. Essa matéria difere de todas as outras devido aos detalhes do fato ocorrido e da repercussão dos demais casos citando nome das vítimas, dos assassinos e explicando como aconteceram os crimes.

Ainda sobre essa matéria, o texto continha caráter informativo sobre o caso começando pelo título “Agente de limpeza é encontrada morta em loteamento na Pedro Neiva de Santana”. Diferente das demais matérias sobre morte ou violência contra a mulher, o título já é bastante incisivo ao citar a vítima por sua profissão e não por ser mulher, e citar exatamente o local em que o corpo foi encontrado.

O texto traz uma linguagem informativa acerca de dados policiais. Para a elucidação desse crime e da repercussão de todos os outros, foi ouvido o delegado responsável pela Delegacia de Homicídios de Imperatriz.

Em suma, as matérias publicadas sobre homicídios trazem mais informações sobre os suspeitos ou acusados, do que o fato propriamente dito. Os relatos contados se dão de forma genérica, por exemplo, por não trazerem vozes de especialistas sobre as consequências de a mulher ser violentada. A delegacia da mulher, secretaria da mulher, ou qualquer outro órgão de amparo à mulher não estão presentes em nenhuma das matérias em que houve violência contra a mulher. Assim, a narrativa tem teor informal e apenas factual.

5.2 Conscientização sobre violência contra a mulher

Nota-se que o combate à violência contra a mulher vai além de ações jurídicas. É uma questão que está presente em nossa cultura. As mulheres devem lutar por igualdade e espaço, além de tentar acabar com as estatísticas que crescem cada vez mais. Quanto à conscientização da violência contra a mulher, é difícil não ver a ação dos movimentos feministas que vem conquistando espaços, tendo voz e vez em vários países.

Sabe-se que no mês de agosto comemora-se a Lei Maria da Penha que foi criada em sete de agosto de 2006. Das sete matérias acerca da conscientização da violência contra a

mulher, uma faz alusão diretamente à Lei Maria da Penha, ou seja, apenas uma matéria justifica a ação por conta da comemoração da Lei. A matéria em questão, “Prefeitura empossa novas conselheiras municipais da mulher”, publicada em 7 de agosto pelo jornal *O Progresso*, fala da posse das novas conselheiras, mas apenas cita a Lei Maria da Penha, por ser de fato o dia em que a lei foi criada.

Cabe ressaltar que o título não faz menção a Lei ou sobre o objetivo dela. Mas, o objetivo do evento é citado, pois é enfatizado em um trecho da matéria “que tem por objetivo defender a manutenção dos serviços de combate à exploração sexual e à violência contra a mulher”. A matéria relata que o evento é aberto ao público, mas nenhuma fonte que caracterizasse a comunidade foi ouvida. A matéria dispõe de uma foto com mulheres com certificados nas mãos, mas é pertinente a ausência da legenda na foto.

A matéria dá bastante vazão às fontes oficiais que são aquelas mantidas pelo Estado, empresas e organizações. Como exemplo da explicação, na matéria essas fontes oficiais foram bastante evidenciadas, caracterizando um teor político e considerando que em nenhum momento houve informação sobre a comunidade ou as mulheres que iriam se beneficiar com o objetivo proposto no evento.

No dia 18 de agosto de 2015, uma matéria teve repercussão nacional, com o título de “Marcha das margaridas teve participação de 1500 margaridas maranhenses”. A matéria detalha muito sobre os acontecimentos na marcha que ocorreu em Brasília, mas não explica, por exemplo, o que são as margaridas e porque se chamam assim. Mais uma vez é nítida a presença política na matéria, onde a fonte principal usada foi o depoimento do ex-presidente Lula.

A matéria relata o discurso do ex-presidente e usa sua fala diretamente. Acerca do movimento da marcha das margaridas, as falas de uma trabalhadora rural são destacadas apenas nos dois últimos parágrafos. O repórter deixou para ela o relato da importância da organização das mulheres que compuseram a marcha das margaridas. Chama a atenção a falta de diálogo do repórter com a personagem, pois a citação direta da personagem levou o parágrafo inteiro, finalizando a matéria com a seguinte fala:

Nós, mais do que ninguém, sabemos da nossa importância e da necessidade do nosso trabalho para a sociedade. Por isso precisamos estar assim, organizadas e em luta para que mais conquistas e mais direitos possam ser assegurados a cada uma de nós. Ter a oportunidade de vir à Brasília e me juntar a milhares de outras trabalhadoras rurais me enche de emoção, pois estamos sendo responsáveis por mudar a realidade das mulheres do campo de todo o Brasil. E é assim que precisamos e devemos

continuar, juntas, para que mais espaços sejam conquistados por nós”, emocionou-se. (JORNAL O PROGRESSO, 18/08, jornal 15.384).

Ainda no mês de agosto, as matérias tiveram o propósito do combate à violência contra a mulher, mas as narrativas não são condizentes com o que o título da matéria propõe. Em suma, as matérias trazem uma prestação de serviço acerca da programação dos eventos e resultados das ações já realizadas em Imperatriz e região.

5.3 Banalização do estupro

Desde 1970, há muitas pesquisas e publicações acerca do estupro que é um crime grave e é considerado um dos crimes em que as vítimas são injustiçadas pelas instituições de lei, levando em consideração que a sociedade ainda tolera a violência de gênero, onde apesar de mudanças em discursos midiáticos e na lei, as narrativas sexuais ainda continuam em circulação. (ADLER 1987 apud WOITOWICZ 2016).

A categoria de Banalização do estupro consiste em oito matérias sobre estupro. As matérias se dão de forma noticiosa, mas ao mesmo tempo superficial em sua maioria em relação às informações sobre as vítimas e como de fato ocorreram os crimes. A superficialidade dos relatos acontece pela falta de informações sobre o crime deixando o leitor a muitas perguntas. Quando os dados são presentes nas matérias, são de acordo com relatos de testemunhas em quase todos os crimes. A ênfase sempre é dada para quem cometeu o crime e como andam as investigações.

Nos meses de setembro e outubro de 2015, outras duas matérias chamam a atenção pela semelhança da narrativa, começando pelos títulos. A primeira matéria publicada no dia 15 de setembro levou o título “PM prende acusado de estupro em Açailândia” e a segunda “PM prende homem acusado de tentativa de estupro” publicada em 22 de outubro. A diferença de um caso para o outro é de uma semana. O destaque dessas duas matérias é que elas explicam que o estupro é um crime considerado hediondo pelas leis brasileiras e trazem detalhes do crime. Entretanto, mesmo especificando o tipo de crime, ainda sim não trazem uma fonte especializada para discutir o assunto. Os títulos divergem praticamente por causa do local em que um dos acusados foi preso.

Em uma das matérias a explicação é clara. “Sob ameaça, a obrigou a tirar a roupa. Aproveitando-se de um vacilo, a jovem conseguiu correr para a rua, toda nua, pedindo socorro e entrou em uma residência”. Essa descrição difere de todas as outras matérias citadas, em que os relatos não são muitos aprofundados, pois é possível verificar gírias e uma

linguagem informal na matéria. Sabe-se que determinados termos causam impacto na matéria quanto ao teor jornalístico assim como na cobertura da matéria e na narrativa. Usar gírias e uma narrativa tão informal deixa o texto sem características jornalísticas e pode tirar a atenção do leitor quanto à notícia.

Portanto, percebe-se uma deficiência quanto à busca de conscientização social sobre a violência contra a mulher com base nas matérias publicadas. Os títulos pouco referenciam a mulher, as matérias não explicam quem são as mulheres vitimadas. Outro ponto, as poucas fotos das mulheres vítimas de violência são carregadas de violência simbólica, deixando a vítima exposta à violência que sofreu e as marginalizando nos relatos.

O enquadramento jornalístico do jornal destoa de informações completas acerca dos crimes. As matérias por mais noticiosas que se propõem a ser, trazem relatos superficiais, pois em casos de estupro, por exemplo, o jornal repercute o machismo, não traz nenhum dado ou balanço da violência e nem a voz de especialistas ou analistas sociais a fim de trazer conscientização e reflexão para a população.

5.4 Femicídio

A análise das matérias que construíram esta pesquisa evidenciou diferentes narrativas acerca das quatro categorias levantadas, onde em determinada categoria há poucas matérias em que o nome da vítima é citado. Algumas informações sobre violência de gênero são necessárias para o entendimento do cenário da violência contra a mulher e a forma como ela é representada. É importante ressaltar sobre a gravidade dos crimes cometidos por homens contra as mulheres, que se caracterizam em femicídio ou feminicídio. Pasinato (2011), explica o feminicídio como a morte de mulheres provocadas por serem mulheres.

Ao problematizar o feminicídio percebe-se que a dificuldade acerca de estudos e elucidações dos crimes de violência contra a mulher se dá pela falta de dados oficiais que possibilitam ter uma visibilidade real dos casos ocorridos. Como a falta de dados oficiais é recorrente, para se obter melhores resultados, uma das principais formas de enfrentamentos para as formas de violência são os dados disponibilizados por diferentes fontes como processos judiciais, Ministério Público, registros médicos e a imprensa, que é considerada umas das fontes mais usadas. (PASINATO, 2011).

Mas, a imprensa por ser uma das fontes com mais credibilidade, mesmo sofrendo críticas acerca da cobertura nacional em relação a fatos criminais e, mesmo sabendo que cada jornal conta com uma linha editorial específica, ainda sim é reconhecida com mais credibilidade.

Nessa categoria foram encontradas seis matérias que retratam o feminicídio. Uma das matérias que mais caracteriza o feminicídio foi o caso do marceneiro acusado de estupro seguido de morte de uma adolescente de 13 anos. A matéria foi publicada no caderno de polícia, no dia 1 de setembro de 2015, no jornal *O Progresso*. Segundo a matéria, o réu confesso, conta o crime detalhadamente. O caso em questão é considerado um dos mais bárbaros da cidade de Imperatriz, segundo o relato da polícia. A matéria é narrada dando muita ênfase ao acusado e fala pouco do fato em si que teve muita repercussão midiática na cidade.

A matéria tem caráter noticioso, explica como aconteceu o fato e o que o acusado fez com a vítima. De acordo com as considerações de Pasinato (2011) o caso relatado na matéria pode ser considerado como um "femicídio não íntimo", porque vítima e acusado eram vizinhos. É importante enfatizar que na matéria, há duas retrancas com os títulos "Réu confesso" onde mais uma vez se fala da confissão do acusado de forma indireta e "Lista", pois o acusado escreveu uma lista denominada de "meu harém" com 60 nomes de meninas, que possivelmente iriam ser as próximas vítimas, segundo suspeitas da polícia, levando em consideração que o primeiro nome da lista foi exatamente o primeiro crime cometido.

Vale ressaltar que nesse período de análise do jornal, não houveram matérias que falassem sobre o andamento do caso. Em outras matérias em que o feminicídio é percebido há o relato do caso, mas sempre em referência ao acusado dos crimes. As matérias são escritas sempre no mesmo padrão, onde a maioria das notícias é diferenciada por conta dos acusados e dos tipos de crimes cometidos.

Portanto, percebe-se uma deficiência quanto à busca de conscientização social sobre a violência contra a mulher com base nas matérias publicadas. Os títulos pouco referenciam a mulher, as matérias não explicam quem são as mulheres vitimadas. Outro ponto, as poucas fotos das mulheres vítimas de violência são carregadas de violência simbólica, deixando a vítima exposta à violência que sofreu e as marginalizando nos relatos.

O enquadramento jornalístico do jornal destoa de informações completas acerca dos crimes. As matérias por mais noticiosas que se propõem a ser, trazem relatos superficiais, pois em casos de estupro, por exemplo, o jornal repercute o machismo, não traz nenhum dado ou balanço da violência e nem a voz de especialistas ou analistas sociais a fim de trazer conscientização e reflexão para a população.

6. CONCLUSÕES

A violência doméstica é identificada muitas vezes dentro âmbito familiar onde se percebe o poder do homem em relação à mulher. Essa conjuntura é caracterizada como um problema social, podendo ser tida como herança cultural ou social. O que vale ressaltar é que se faz necessária a desconstrução do entendimento de que há justificativa para a violência contra a mulher.

Contudo, quem passa ou já passou por alguma violência sabe de fato o quão assustador é esse problema presente na sociedade. A Lei Maria da Penha como marco político, social e histórico desde que foi sancionada, ajuda as mulheres a terem mais capacidade para sanar e amparar as mulheres que sofrem violência doméstica. Apesar da omissão de violência por muitas mulheres, têm-se dados que mostram melhoras em relação ao comportamento das mulheres quanto a denunciarem seus agressores.

Nisso, é possível reconhecer o papel que a Lei Maria da Penha vem exercendo em pouco mais de dez anos desde a sua criação. Os veículos de comunicação também desenvolvem um papel importante sobre a conscientização da violência contra a mulher divulgando informações. A visibilidade da informação jornalística é recorrente no sentido do seu papel de informar. O jornal impresso, assim como outros meios de comunicação forma opinião, informa, esclarece. A partir dessa emissão e da recepção do leitor, o jornal impresso se tornou um elemento componente no dia a dia da população.

A pesquisa concluiu a importância do jornalismo, o caráter de noticiar quanto à construção da representatividade da construção social. Percebeu-se que o jornal impresso O Progresso teve uma cobertura rotineira, superficial, focada apenas no factual, sem trazer reflexões ou espaços para trabalhar a conscientização das massas. Não houve conscientização sobre os crimes, assim como o ideal machista do jornal esteve ausente quanto à conduta da vítima.

Nas matérias analisadas não houve percepção do relato do estudo das vítimas, quanto às fontes especializadas. As matérias trazem como possíveis justificativas para os crimes, o comportamento das vítimas, porém, um crime não deve ser justificável por causa do comportamento da vítima e, não só isso, pois, quem determina os comportamentos? Quem pode dizer o que é certo ou errado? Justificar pelo comportamento é enfatizar a cultura machista.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

PINTO, Ana Estela de Sousa. **Jornalismo diário**. São Paulo: Publifolha, 2009.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo: Norte e Sul**. Manual de Comunicação; tradução Rafael Varela Jr. – 2. Ed. 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FONTANA, M, & Santos, S. F. **Violência contra a mulher**. In. Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Humanos Reprodutivos. Saúde da Mulher e Direitos Reprodutivos: Dossiês, S. Paulo, Rede Saúde, dez, 2001.

SANTOS, Nícia Oliveira dos. **Violência contra mulher a gente vê por aqui!**: a representação da violência doméstica em telenovelas brasileiras. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/4347/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20N%C3%ADcia%20de%20Oliveira%20Santos%20-%202014.pdf>>. Acesso em: dez. 2016.

SANTOS, Nícia de Oliveira; BARROS, Jordana Fonseca. **O movimento feminista no Facebook**: uma análise das páginas Moça, você é machista e Feminismo sem demagogia. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA E NARRATIVAS DIGITAIS, 2015.

PASINATO, Wânia. **Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil. Dossiê: Violência: outros olhares**. Cad. Pagu no.37 Campinas July/Dec. 2011

WOITOWICZ, Karina Janz. **A violência contra a mulher na pauta da imprensa feminista** - Traços de uma trajetória de lutas e conquistas do Movimento de Mulheres no Brasil, entre os anos 1970/80. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007.